



Ana Volpe/Agência Senado

Romero Jucá (D), relator das propostas de reforma política aprovadas ontem em Plenário, apresenta como objetivos o fortalecimento da representação democrática e a renovação do sistema eleitoral

Aprovado fim da distribuição de vagas segundo coligações

Eliminação do “puxador de votos” de outro partido foi um dos projetos de reforma política que o Plenário aprovou ontem. Texto segue para a Câmara

Coligações de partidos não vão mais influenciar a distribuição de cadeiras de deputados e vereadores, segundo proposta aprovada ontem em Plenário, com 46 votos favoráveis e 9 contrários. Se a Câmara confirmar o projeto do Senado, legendas que não alcançarem o quociente não poderão disputar as sobras de vagas. A intenção é

eliminar a figura do “puxador de voto” — candidato muito bem votado que acaba elegendo colegas de outros partidos com baixo desempenho nas urnas.

Os senadores aprovaram ainda outros quatro projetos encaminhados pela Comissão da Reforma Política, além de receberem a proposta de minirreforma eleitoral aprovada pelos deputados. **12**

- » Partidos poderão formar federações, que se mantêm após eleição **11**
- » Recursos do Fundo Partidário terão acesso mais restrito **12**
- » Prefeitos só serão afastados por decisão de colegiado judicial **11**
- » Ex-magistrados terão que esperar dois anos para se candidatar **12**
- » Falta de consenso adia votação de regras de campanha antecipada **11**
- » Minirreforma eleitoral aprovada na Câmara chega ao Senado **11**

Departamentos do Senado terão de cumprir metas de sustentabilidade

Recém-elaborado, o Plano de Gestão de Logística Sustentável estabelece uma série de metas a serem perseguidas pelos diversos

setores do Senado. Os servidores, por exemplo, terão de reduzir o consumo de água, energia elétrica, papel e materiais descartáveis. **2**



Ana Volpe/Agência Senado

Senadores na sessão em que aprovaram projeto que trata de novos municípios

Vai para a Câmara projeto de lei que fixa regras para criação de municípios

Proposta que estabelece regras para a fusão e a criação de municípios foi aprovada ontem pelo Plenário.

Dois projetos com conteúdo semelhante já foram vetados pela presidente Dilma Rousseff. **3**

Flexibilização do horário de almoço dos trabalhadores gera polêmica **5**

Prorrogado prazo de MP que eleva tributo sobre lucro de bancos **9**

Renan discutirá com STF ação da Polícia Federal contra senadores **2**

Plenário aceita seis indicações para o Conselho Nacional de Justiça **8**

Terceirização será debatida em três capitais do Nordeste **5**



Marcos Oliveira/Agência Senado

No debate, governo prometeu investir para melhorar qualidade de telefonia

Operadoras de telefonia rebatem críticas de consumidores aos serviços

Cobrança indevida, cobertura ruim de sinal, baixa qualidade do serviço, da assistência técnica e do atendimento foram as principais reclamações levantadas contra as operadoras de telefonia móvel e banda larga em audiência pública ontem da Comissão de

Ciência e Tecnologia.

O presidente do sindicato das operadoras, Eduardo Levy, acredita que as reclamações são superdimensionadas. Na avaliação dele, é preciso levar em conta o grande número de clientes que são atendidos pelas empresas. **8**

Comissão faz mediação entre MEC e servidores grevistas **9**

Novos membros do Conselho de Comunicação tomam posse **7**

Governo vê êxito em programa de portos

O titular da Secretaria de Portos, Edinho Araújo, disse que a iniciativa privada aderiu ao programa de construção de terminais portuários de uso privado. **4**

Senado cria metas internas de ações sustentáveis

Plano de Gestão de Logística Sustentável, que acaba de ser concluído, prevê medidas a serem adotadas pelos setores da Casa em áreas como redução do consumo de energia, água e materiais descartáveis



O SENADO CONCLUIU a elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS), com a definição de metas, indicadores e formas de monitoramento de práticas sustentáveis e racionalização de gastos e processos na Casa.

Segundo o diretor-geral-adjunto de Gestão, Gustavo Ponce de Leon, com o instrumento, a administração do Senado estará permanentemente reavaliando e melhorando as práticas da instituição em relação ao meio ambiente.

— O PGLS reúne as várias iniciativas do Senado visando à sustentabilidade nas nossas ações, à redução do consumo de energia, água e bens descartáveis e ao emprego de técnicas menos agressivas ao meio ambiente na hora de construir ou reformar. Teremos mais de 130 ações sendo medidas, avaliadas e checadas — afirmou Ponce de Leon, que também lembrou a importância de ações individuais, como o uso racional do ar-condicionado.

O documento foi elaborado por uma comissão multidisciplinar presidida pelo Núcleo de



Gustavo Ponce de Leon, da Diretoria de Gestão: preocupação ambiental

Coordenação das Ações Socioambientais (NCAS), com representantes de diversos setores do Senado, como as Secretarias de Patrimônio, Infraestrutura e Tecnologia da Informação, além da Diretoria-Geral e da Secretaria-Geral da Mesa.

— É um plano ousado, mas feito de forma responsável. Foi construído em conjunto com as áreas, que puderam identificar como poderiam contribuir com a redução do consumo e o uso racional dos recursos — afirmou Andrea Bakaj, coordenadora do NCAS.

O plano está estruturado em 11 eixos temáticos: material de consumo, serviços de impressão, arborização e áreas verdes, deslocamento de pessoal, gestão de resíduos, qualidade de

vida no ambiente de trabalho, compras e contratações sustentáveis, água e esgoto, energia elétrica, serviços gráficos e tecnologia da informação.

No total, são detalhadas 83 ações, com 120 metas a serem cumpridas, como a etiquetagem de eficiência energética de grau máximo nas novas construções e aumento da eficiência nos casos já existentes e a instalação de torneiras econômicas. A exigência de fornecedores que recolham e deem destinação adequada aos resíduos objetos de logística reversa obrigatória, por exemplo, deverá ser imediata.

Copos

No material de consumo, os copos descartáveis serão trocados por copos biodegradáveis, com redução de 30% no consumo. Deixarão de ser consumidos 1,1 milhão de copos de água e 285 mil de café. As impressões devem ser reduzidas em 20% dentro do prazo de 12 meses, enquanto a construção de vestiários para ciclistas deverá ser feita em até 24 meses.

A adoção do PGLS está inserida no contexto do compromisso com a sustentabilidade, prevista na Carta de Compromissos do Senado. Na próxima semana, será lançado o Programa Carona Solidária, para estimular o uso mais racional dos veículos. Carros com pelo menos três profissionais que atuam no Senado terão vagas reservadas em espaços privilegiados em um dos estacionamentos da Casa.

Veja algumas das metas

- Eficiência energética de grau máximo** nas novas construções e aumento da eficiência nos casos já existentes
- Instalação de torneiras econômicas**
- Destinação adequada** aos resíduos objetos de **logística reversa** obrigatória, por exemplo, deverá ser imediata
- No material de consumo, os copos descartáveis de plástico serão substituídos por copos biodegradáveis, com **redução de 30%** no consumo
- As impressões devem ser **reduzidas em 20%** também dentro do prazo de 12 meses
- Construção de vestiários** para ciclistas deverá ser feita em até 24 meses

Comissão debate segurança na Amazônia

O controle das fronteiras da Amazônia será tema de audiência pública que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) promove hoje, às 10h. As ameaças do tráfico de drogas, de armas e de produtos de fauna e flora e a coordenação com as Forças dos países vizinhos são algumas das questões em debate.

A audiência contará com a presença do comandante do Exército, Eduardo Dias da Costa Villas Bôas. O requerimento para a realização do debate é de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que preside a comissão.

Para o senador, o Exército exerce papel relevante na Amazônia, na proteção da

unidade nacional e das riquezas “naquela extensa área de nosso território”.

A audiência pública, complementa Aloysio, será uma oportunidade de conhecer a real situação do controle de fronteiras.

Veja ao lado como acompanhar a audiência e participar do debate

Renan discutirá com presidente do STF operações de busca e apreensão

O presidente do Senado, Renan Calheiros, confirmou que pretende encontrar com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, para discutir a ação de busca e apreensão realizada anteontem pela Polícia Federal e pelo Ministério Público em residências de senadores.

Em nota, a Mesa do Senado manifestou “perplexidade” com os métodos usados na ação, que teve como alvos **Ciro Nogueira (PP-PI)**, **Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)** e **Fernando Collor**

(PTB-AL). Foram criticadas, especificamente, a proibição de acompanhamento da operação por parte da Polícia do Senado e a não exibição de ordem judicial.

A nota foi lida em Plenário por Renan na sessão de terça. Em seguida, Collor fez discurso em que acusou o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de extrapolar os limites constitucionais.

— Acho que os Poderes, mais do que nunca, precisam estar voltados para as garantias individuais e coletivas — disse Renan.

TV Senado ficará em manutenção por seis horas na madrugada de sábado

Neste sábado, a TV Senado suspenderá as transmissões em caráter excepcional. A parada técnica, da meia-noite às 6h, é necessária para manutenção da rede de

energia que sustenta a operação da emissora. O corte de energia também afetará a Rádio Senado, que fica no mesmo prédio, o Anexo 2 do Senado.

CORREÇÃO

Ao contrário do publicado na pág. 5 do dia 9, não foi incluída no texto final do PLS 145/2015 a proibição ao BNDES de financiar projetos e obras de engenharia e infraestrutura em outros países ou conceder crédito a governos estrangeiros. O relator na CDR, Davi Alcolumbre (DEM-AP), retirou essa emenda, e o texto foi encaminhado anteontem à CAE.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CRA Reforma agrária**
8h Comissão de Agricultura faz audiência pública interativa para tratar da política de reforma agrária e de apoio à agricultura familiar.
- CDH Equipamentos de proteção**
9h Comissão de Direitos Humanos debate, de forma interativa, o uso de equipamentos de proteção individual no ambiente de trabalho.
- CPI DO CARE Quebra de sigilo**
9h30 Comissão aprecia requerimentos de quebra de sigilos fiscal, bancário, telefônico e telemático.
- CPI DO HSBC Requerimentos**
9h30 A CPI que apura supostas irregularidades em contas de brasileiros no HSBC suíço analisa dois requerimentos.
- CMO LDO**
10h Comissão Mista de Orçamento se reúne para apreciar relatório final ao projeto de LDO. Às 14h e às 18h, faz reuniões extraordinárias.
- CRE Amazônia**
10h Comissão de Relações Exteriores faz audiência pública para debater questões da Amazônia, como controle de fronteiras, ameaças do tráfico de drogas e integração militar com vizinhos.
- MERCOSUL Parlasul**
10h Reunião com o Conselho do Mercado Comum (CMC).
- PRESIDÊNCIA Sessão plenária**
11h30 Renan Calheiros preside a sessão deliberativa extraordinária.
- PLENÁRIO Sessão extraordinária**
11h30 O Plenário continua a discussão do PLS 483/2015, que regulamenta a propaganda antecipada de candidatos. A pauta inclui ainda outros projetos da reforma política. Às 14h, sessão ordinária.
- CDH Estatuto da Criança**
14h Comissão faz audiência pública interativa para apresentar resultados de pesquisa do DataSenado sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, **audiência pública da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Projeto semelhante aprovado pelo Congresso foi vetado pela presidente em 2014. Senadores favoráveis disseram que texto não incentiva criação de municípios, apenas organiza o que existe. Contrários à proposta, que segue para a Câmara, apontaram falta de recursos do país

Senadores aprovam novas regras para criação e fusão de municípios

O PLENÁRIO APROVOU ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 199/2015 — Complementar, que regula a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios. O projeto vai à Câmara.

Outros dois projetos similares haviam sido vetados pela presidente Dilma Rousseff, por considerar a iniciativa prejudicial aos cofres públicos. No entanto, o autor da proposta, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), disse que o projeto estabelece critérios rígidos para a criação de municípios e atende os interesses de muitos distritos que reivindicam emancipação.

Senadores favoráveis ao projeto alegaram que a proposta não libera, mas apenas organiza a criação de novos municípios, visto que a realidade do Sul e do Sudeste é diferente da de outras regiões, que muitas vezes concentram distritos localizados a centenas de quilômetros da sede dos municípios, sem a oferta de serviço público.

Esse foi o argumento do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), e de Blairo Maggi (PR-MT), João Alberto Souza (PMDB-MA), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Lídice da Mata (PSB-BA).



O senador Flexa Ribeiro, autor da proposta aprovada: texto atende interesses de distritos que querem se emancipar

Contrários à proposta, Raulo Rodrigues (PSOL-AP), João Capiberibe (PSB-AP) e Reguffe (PDT-DF) argumentaram que o projeto é inadequado diante da atual situação financeira do país.

O projeto resgata quase todo o conteúdo do PLS 104/2014, do ex-senador Mozarildo Cavalcanti, vetado por Dilma em 2014. O texto de Flexa Ribeiro reúne critérios de viabilidade, exigências de população mínima e regras para a apresentação de proposta de fusão ou desmembramento de municípios às assembleias estaduais

e de realização de plebiscito para consulta à população interessada.

O ponto de partida para a criação de novos municípios, de acordo com o texto, será a apresentação de requerimento à assembleia legislativa, apoiado por 20% do eleitorado da área-alvo de emancipação ou desmembramento ou 3% dos eleitores de cada um dos municípios com pretensões de fusão ou incorporação. Também terão de ser feitos estudos de viabilidade municipal.

A criação de municípios também depende do alcance

de um contingente populacional mínimo. Assim, depois de fundido ou dividido, sua população deverá ser igual ou superior a 6 mil habitantes nas Regiões Norte e Centro-Oeste, 12 mil na Região Nordeste e 20 mil nas Regiões Sul e Sudeste.

A área urbana também não poderá estar em reservas indígenas, área de preservação ambiental ou terreno da União. Outro critério é a existência de um número mínimo de imóveis, que precisa ser superior à média dos municípios que correspondam aos 10% de menor população no estado.

Senado acata três indicações de autoridades

O Plenário do Senado aprovou ontem as indicações do embaixador José Luiz Machado Costa para representar o Brasil na Organização dos Estados Americanos (OEA), de Arthur Villanova Nogueira para o cargo de embaixador do Brasil na Mauritânia e de Gustavo Rabelo Tavares Borba para compor a diretoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O embaixador Machado Costa recebeu 54 votos a favor e 5 contrários. Ana Amélia (PP-RS) e Jorge Viana (PT-AC) elogiaram a competência e o preparo do indicado. José Agripino (DEM-RN) disse que o cargo na OEA é um dos principais postos da diplomacia brasileira.

O nome de Arthur Villanova para embaixador da Mauritânia já havia sido aprovado na Comissão de Relações Exteriores (CRE) em junho. No Plenário, obteve 56 votos a favor, 5 contrários e 1 abstenção.

A indicação de Gustavo Rabelo Tavares Borba para a diretoria da CVM foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira. Ele recebeu 55 votos a favor e 4 contrários no Plenário.

Relatório sobre visita à Venezuela gera polêmica em Plenário

Relatório apresentado por Roberto Requião (PMDB-PR) sobre a Venezuela provocou intenso debate ontem no Plenário do Senado. No texto, ele afirma que o problema do país vizinho é a ausência de diálogo entre as forças políticas e que esse problema deve ser resolvido após as eleições parlamentares marcadas para dezembro e de um possível recall em 2016. Requião fez parte de comissão de senadores que visitou a Venezuela em junho.

— A grande exigência da oposição era o estabelecimento das eleições, que foram marcadas para o dia 6 de dezembro. Dessa forma, eu quero dizer que nos desincumbimos dessa tarefa sem nenhum problema — disse o senador.

O chamado recall é previsto na Constituição da Venezuela na metade do mandato do presidente, que, no caso de Nicolás Maduro, se dá em 2016. Para que haja esse referendo, são necessárias as assinaturas de 20% dos eleitores do país. O referendo, segundo Requião, pode derrubar um governo.

O senador disse não ter encontrado dificuldade de acesso

ao país. A primeira comissão, que visitou a Venezuela uma semana antes para conversar com presos políticos, foi impedida por manifestantes de chegar ao destino.

Críticas

O relatório de Requião gerou protestos de senadores opositoristas. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), disse considerar positivo o fato de as eleições serem marcadas. Ainda assim,

afirmou que há razões para se preocupar com o país vizinho. O senador citou casos como o da cassação da deputada María Corina Machado, uma das líderes da oposição.

— Devemos trabalhar para que o governo brasileiro faça valer sua tradição democrática e aja para fazer com que os venezuelanos abram as cadeias e permitam que todos participem das eleições — disse.

Para Ronaldo Caiado (DEM-GO), causa estranheza o depoimento de Requião. Ele defendeu o compromisso com

o Senado, desrespeitado na Venezuela.

Aécio Neves (PSDB-MG), também presente na primeira comitiva, disse acreditar que o debate sobre a situação da Venezuela já é um atestado de que não há normalidade naquele país. Ele disse que essa “normalidade” de que fala Requião não é algo que gostaríamos de viver no Brasil.

Diferenças

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a segunda comissão enviada à Venezuela,

da qual fez parte. De acordo com a senadora, o primeiro grupo de parlamentares não pediu autorização ao governo e não tinha uma agenda definida, ao contrário do segundo. Ela também defendeu a legalidade do processo que culminou com a cassação da deputada Corina.

Sérgio Petecão (PSD-AC), integrante da primeira comissão, disse que o debate deve levar em conta a situação difícil da Venezuela, e não as afinidades políticas dos senadores.

Telmário Mota (PDT-RR), que participou da segunda visita, defendeu a ida de uma comissão ao país vizinho em dezembro para acompanhar as eleições.

Lindbergh Farias (PT-RJ) classificou a segunda comitiva como equilibrada, uma vez que os senadores conversaram tanto com opositores quanto com governistas. Ele disse que a posição do governo brasileiro é reconhecida como positiva mesmo por opositoristas do país vizinho. O senador também defendeu uma comissão para acompanhar as eleições parlamentares em dezembro.



Integrantes de segunda comitiva que visitou a Venezuela entregam relatório ao presidente do Senado, Renan Calheiros



O ministro Edinho Araújo fala na audiência, entre Davi Ferreira Gomes Barreto, Garibaldi Alves Filho e Mário Povia

Novo modelo de portos atrai investidores, diz ministro

Segundo Edinho Silva, da Secretaria de Portos, iniciativa privada aderiu à construção de terminais de uso privado e ao arrendamento de áreas em portos públicos. Senadores ainda veem entraves no setor

OS INVESTIDORES RESPONDERAM com otimismo às chamadas do governo para a construção de terminais de uso privado (TUPs) e o arrendamento de áreas em portos públicos já organizados, informou Edinho Araújo, ministro chefe da Secretaria de Portos. Ele participou ontem de uma audiência pública na Comissão de Infraestrutura (CI).

Desde a aprovação da Lei de Portos (Lei 12.815/2013), afirmou o ministro, têm aumentado as propostas para instalação de terminais privados e para a renovação dos arrendamentos existentes. O objetivo, frisou, é modernizar e aumentar a capacidade dos terminais portuários brasileiros.

Segundo o ministro, estão em estudo 63 pedidos de instalação de novos TUPs em 16 estados, que resultarão em investimentos de R\$ 14,7 bilhões. Também são analisados 24 pedidos de prorrogação de contratos de arrendamentos em nove estados, representando R\$ 10,8 bilhões.

Para este ano, disse, são previstos 5 arrendamentos de portos no Pará e 3 em Santos, como parte de 29 novos terminais cujos editais foram autorizados após exame do Tribunal de Contas da União (TCU).

— Quem vive a realidade desse setor sabe como é importante aumentar a capacidade dos terminais, dar escala competitiva a esses terminais, para que possam atracar navios que se modernizam a cada ano, reduzindo custos para atender a demanda por movimentação de carga.

Segundo o ministro, a movimentação de carga nos cinco primeiros meses deste ano superou o volume registrado em igual período de 2014, principalmente devido à comercialização de grãos produzidos no Centro-Oeste.

Mário Povia, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), compartilhou do otimismo

do ministro em relação ao interesse da iniciativa privada:

— O modelo de exploração da atividade portuária tem se mostrado atrativo do ponto de vista econômico-financeiro. A viabilidade tem se mostrado nos arrendamentos nos portos organizados ou no regime autorizativo para construção e exploração de terminais de uso privado.

Davi Barreto, secretário de Fiscalização de Infraestrutura Aeroportuária, Hídrica e Ferroviária do TCU, relatou aos senadores os procedimentos do tribunal para liberação de editais para arrendamento de portos, dizendo tratar-se de processo complexo e que envolve diversos interesses.

— As recomendações e determinações do tribunal geraram importantes modificações nos estudos, com impactos diretos nas principais variáveis dos fluxos de caixa — disse, em referência ao exame de protocolos para o arrendamento dos 29 terminais, cuja liberação

levou um ano e cinco meses.

Em resposta a Valdir Raupp (PMDB-RO), que criticou a demora nos processos, Davi Barreto disse crer que o aprendizado adquirido pelo TCU desde a aprovação da Lei de Portos permitirá um exame mais rápido a partir de agora.

Fátima Bezerra (PT-RN) e o presidente da CI, Garibaldi Alves (PMDB-RN), cobraram do ministro maior agilidade na solução de entraves à ampliação de portos no Rio Grande do Norte.

Lasier Martins (PDT-RS), Dalírio Beber (PSDB-SC), Sandra Braga (PMDB-AM), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Elmano Férrer (PTB-PI), Roberto Rocha (PSB-MA) e Blairo Maggi (PR-MT) criticaram a burocracia e pediram investimentos em seus estados.

— A Lei dos Portos se constituiu em um grande marco, mas no Brasil às vezes existe uma distância entre termos uma lei e nos beneficiarmos dela — disse Garibaldi.

Senadores cobram do governo federal dragagem de áreas portuárias

Os senadores Wellington Fagundes (PR-MT), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) cobraram providências para melhorar a dragagem (processo de remoção de sedimentos no fundo de mar ou rio) nas proximidades de porto marítimo ou fluvial, para permitir a passagem das embarcações.

— O assoreamento é uma grande batalha que o homem trava contra a natureza e um grande desafio para que grandes navios possam atracar. Dragagem, se estiver tudo bem, ninguém percebe, mas se o navio não atracar, é sério — comentou o ministro Edinho Araújo, ressaltando os altos custos do processo de dragagem e a frequência

com que tem que ser feita.

O ministro explicou que está sendo estudada a possibilidade de concessão dos serviços de dragagem nos canais, mantendo a gestão deles como prerrogativa do governo federal.

— Estamos colhendo informações para ver como fazer. Enquanto isso, obtivemos sucesso nas licitações [para dragagem dos portos] de Rio Grande, Paranaguá, Rio de Janeiro e Santos — revelou o ministro.

Raupp e Wellington, no entanto, opinaram que o interesse de manter uma dragagem eficiente é de quem opera o porto, não podendo o serviço ser delegado a agente que não atue no terminal.

Avança criação de grupo de transparência na gestão pública

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem um projeto de resolução que cria a Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública (PRS 13/2015). A decisão final cabe à Comissão Diretora do Senado.

A proposta foi elaborada por João Capiberibe (PSB-AP) e tem parecer favorável do relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Combate à corrupção, responsabilidade na gestão fiscal e com os gastos públicos, transparência pública e prestação de informações à população serão alguns dos temas em análise na nova comissão.

Uma emenda de Valadares acrescentou a essa lista “a difusão e incentivos, na

administração pública, de novos meios de prestação de informações à sociedade, tais como redes, sítios e portais eletrônicos”.

“Vemos a proposta como um passo importante no trato da gestão pública brasileira, pois, apesar dos esforços gerais e pontuais dos Poderes Executivos federal, estaduais e municipais no sentido de tornar a administração pública mais eficiente, eficaz e transparente, ainda não percebemos um envolvimento dos Legislativos suficiente para contribuir de forma decisiva para tais progressos”, considerou Valadares no parecer.

A Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública contará com 17 integrantes.

Senado começa a analisar nomes para diretoria da Anac

Foram lidos ontem na Comissão de Infraestrutura (CI) os relatórios das indicações de José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz e Ricardo Fenelon das Neves Junior para cargos na direção da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Os dois deverão ser sabatinados na próxima reunião da comissão.

José Ricardo Queiroz é advogado, formado pela Universidade Católica de Salvador e tem pós-graduação em Gestão de Segurança Pública pela Academia Nacional de Polícia.

Foi assessor do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e coordenador-geral de Polícia Criminal Internacional, da Polícia Federal.

Ricardo Fenelon é formado em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (Uniceub) e tem mestrado pela Universidade Georgetown, nos Estados Unidos.

Atuou como estagiário na Procuradoria da Anac e na advocacia privada, prestando serviços para empresas aéreas e concessionárias de aeroportos.

Para os relatores das indicações, respectivamente Sandra Braga (PMDB-AM) e Valdir Raupp (PMDB-RO), os indicados reúnem os requisitos necessários para os cargos aos quais estão sendo indicados.

Após as sabinas, as indicações serão submetidas a votação secreta na comissão e depois em Plenário.

Comissão de Educação volta a se reunir após recesso

A reunião de ontem da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) foi cancelada e adiada para a primeira semana de agosto, após o recesso parlamentar, que vai de 18 a 31 de julho. Na pauta da comissão, constam o Projeto de Lei do Senado (PLS) 214/2010, que institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária, e o PLS 531/2011, que prevê a contratação de seguro como condição para participação de atletas e treinadores de futebol em competições. A Comissão de Educação é presidida pelo senador Romário (PSB-RJ).

Adiada instalação de colegiado para consolidação de leis

Foi adiada para a primeira semana de agosto a instalação da Comissão de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais, que vai trabalhar na regulação dos dispositivos da Constituição de 1988. Formada por seis deputados e seis senadores, o grupo também vai trabalhar em projetos que visem à modernização e ao fortalecimento econômico e social do país. O deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) deverá ser o presidente e o deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), o vice. O senador Romero Jucá (PMDB-RR) deverá ser o relator da comissão, que terá 240 dias para trabalhar.

Redução do intervalo de almoço divide opiniões

Representantes dos trabalhadores destacaram, em audiência, liberdade e valorização das negociações coletivas e os da Justiça do Trabalho alertaram para riscos e acidentes

A POSSIBILIDADE DE flexibilizar o horário de almoço ou de descanso por meio de acordo coletivo, conforme projeto (PLS 8/2015) em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), dividiu opiniões em audiência ontem. Contrários à alteração, juízes e procuradores alertaram para riscos à saúde e à segurança no trabalho que a redução pode ocasionar. Representantes de confederações de vários setores da economia citaram a liberdade de escolha dos funcionários e outros ganhos, como menos horas no trânsito e mais tempo com a família ao evitar a saída no horário de pico.

Para a procuradora do Ministério Público do Trabalho Juliana Carreiro, as negociações coletivas devem ser prestigiadas, mas não em relação a toda pactuação. Segundo ela, o intervalo de, no mínimo, uma hora para quem trabalha mais de seis horas seguidas é medida de segurança e saúde, é impositiva e não pode ser afastada se o trabalhador quiser.

— O trabalhador não tem noção do que efetivamente pode decorrer de uma redução na jornada. Não pode dizer simplesmente “eu quero a redução”, da mesma forma que ele não pode dizer que quer trabalhar 10, 12 horas por dia.

Luiz Antonio Colussi, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, disse que o intervalo é essencial para que os funcionários mantenham a concentração e



Autor do projeto debatido ontem, Blairo (E) disse que o texto busca adequar as relações de trabalho ao mundo atual

o foco no trabalho, o que evita acidentes.

O representante da Federação Nacional dos Jornalistas, José Carlos Torves, concordou. Ele destacou que a situação dos jornalistas é ainda pior, por trabalharem até 10, 12 horas por dia, sob forte cansaço e estresse e advertiu que a jornada de 5 horas garantida por lei não é cumprida. Criticou também mudanças em direitos trabalhistas, como a MP 680/2015, que permite redução da jornada e dos salários.

— Óbvio que há necessidade de superar a crise, mas [as medidas] não podem cair só sobre os direitos dos trabalhadores.

Na CAS, Ângela Portela (PT-RR) apresentou relatório pela rejeição do projeto que altera a regra de intervalo estabelecida pela Confederação das Leis do Trabalho (CLT). Ana Amélia (PP-RS) apresentou voto em separado, pela aprovação.

Vários senadores pediram modificações no texto. Waldemir Moka (PMDB-MS) pede uma redação mais clara, destacando as categorias às quais não se aplicaria a flexibilização.

Paulo Paim (PT-RS) quer ouvir, antes da votação, centrais sindicais e outras federações de trabalhadores.

— Às vezes uma boa intenção pode gerar prejuízos para os mais fracos — disse.

Negociações coletivas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou a necessidade de considerar os argumentos dos juízes e procuradores do Trabalho. Segundo ela, a Justiça do Trabalho mantém o equilíbrio das relações trabalhistas, visto que o lado do poder econômico é mais forte.

Para o representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Kurtz, o projeto valoriza as negocia-

ções coletivas de trabalhos. Segundo ele, as negociações só se estabelecem quando há interesse das duas partes.

— Melhor trabalhar meia hora a mais durante a semana [reduzindo o almoço] para ficar no sábado com a família.

Alain MacGregor, da Confederação Nacional do Comércio (CNC), afirmou que o projeto traz facilidades para o mundo do trabalho e fortalece os sindicatos. As negociações, disse, seriam com previsão em dispositivo da CLT, que permite que o intervalo seja reduzido por ato do Ministro do Trabalho desde que seja ouvido o Serviço de Alimentação da Previdência Social, que o estabelecimento atenda às exigências sobre organização dos refeitórios e que os empregados não estejam sob regime de trabalho prorrogado em razão de horas suplementares. O texto aprovado tornaria o

processo menos burocrático, avaliou.

— Não existem fragilidades na representação sindical. O trabalhador representado jamais sofrerá prejuízos por negociações de sindicatos, que estão ali para protegê-lo.

Rodrigo Valente, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ressaltou que é por meio das negociações coletivas que as reais necessidades das categorias são atendidas.

Autor do projeto, Blairo Maggi (PR-MT) disse que o texto busca adequar as relações de trabalho ao mundo real. Não é nada imposto, afirmou, faz quem quer e por acordo, mas exceções devem ser observadas, como o setor da construção civil, trabalho pesado que demanda descanso.

— O Estado não pode tutelar tudo e a todos a qualquer momento — disse.

Para Ana Amélia, não se pode tratar todos os setores da atividade econômica da mesma forma. Alguns mais vulneráveis precisam da proteção do Estado, mas há outros mais modernos em que o cidadão poderia exercer a liberdade de escolha. O presidente da CAS, Edison Lobão (PMDB-MA), frisou que empresas e trabalhadores não existem um sem o outro.

Já Douglas Cintra (PTB-PE) disse que as legislações precisam ser sempre atualizadas, preservando, porém, os direitos do trabalhador.

Comissão debate projeto da terceirização em três capitais do Nordeste

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove na próxima semana, em parceria com centrais sindicais, três audiências públicas sobre o projeto de regulamentação da terceirização (PLC 30/2015) nas Assembleias Legislativas do Ceará (dia 21), Rio Grande do Norte (22) e Paraíba (23). Sete estados já fize-

ram plenárias por iniciativa do Fórum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, formado por associações, sindicatos e centrais sindicais.

O PLC 30/2015, aprovado em abril na Câmara, amplia a possibilidade de terceirização para as atividades-fim,

entre outras regras polêmicas.

O Senado realizou, em maio, sessão temática sobre o tema com a participação de representantes do governo, sindicatos, empresas e Ministério Público, entre outros. A matéria será analisada por quatro comissões temáticas antes de ir ao Plenário. Paulo Paim

(PT-RS), presidente da CDH, propôs debater o tema em audiências públicas em todos os estados. O fórum avalia também a apresentação de projeto de lei alternativo, que garanta os direitos dos atuais trabalhadores terceirizados, mas não estenda a possibilidade de terceirização às atividades-fim.

Amorim: déficit da Previdência se deve a dívidas não pagas

Escolhido para presidente da comissão especial do Congresso que vai analisar a medida provisória que trata dos benefícios da Previdência Social, Eduardo Amorim (PSC-SE) citou como motivos de déficit nas contas da Previdência as dívidas não pagas. O senador lembrou que, em 2013, não foram repassados aos cofres da seguridade social R\$ 3,8 bilhões em contribuições. Outros tributos



que compõem o fundo da Previdência também foram sonegados em 2013, somando mais de R\$ 4 bilhões, disse.

Amorim defendeu a gestão com foco na fiscalização e arrecadação de receitas e menor interferência do governo na renúncia de receitas.

— Isto é necessário para que o Brasil tenha, de fato e de direito, uma Previdência Social viável, justa e sustentável.

Ana Amélia critica restrição de acesso a remédio contra câncer

Ana Amélia (PP-RS) criticou decisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que excluiu da cobertura mínima obrigatória dos planos de saúde medicamento quimioterápico oral usado no câncer de mama e de fígado.

Para a senadora, a medida é um retrocesso que aumentará a judicialização da medicina e que causará grande prejuízo ao povo do Rio Grande do Sul, estado que tem a maior incidência de

câncer de mama.

Ana Amélia declarou sua convicção de que a presidente Dilma Rousseff, que já fez tratamento contra o câncer, não tomou conhecimento dessa decisão da ANS.

— Será que os membros que decidiram isso nunca pensaram que poderão ser acometidos dessa doença também e vão precisar desse medicamento? Será que não há princípio de humanidade numa decisão dessa natureza?

Senado deveria criar grupo sobre maioria penal, afirma Fátima

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) justificou o voto contrário ao projeto de lei aprovado na terça-feira, pelo Senado, que muda o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e aumenta o tempo de internação de menores que cometerem atos infracionais.

Para Fátima Bezerra, por causa da polêmica e da complexidade do tema, seria recomendável que o Senado criasse



uma comissão especial para discutir melhor o assunto e ainda aguardasse a votação, em segundo turno, de proposta que muda a Constituição para reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos, em análise na Câmara dos Deputados.

— O que a gente precisa é de cumprir o ECA. O que a gente precisa é de dar mais educação, cultura e oportunidades para nossa juventude.

Oposição acusou governo de articular ausência de deputados e senadores. Para líder da minoria, Planalto impediu análise dos vetos presidenciais “por causa do medo”

Por falta de quórum, análise de vetos é adiada

SEM QUÓRUM, A sessão de ontem do Congresso Nacional foi encerrada sem decisão sobre os vetos presidenciais acumulados na pauta. Esta foi, desde 28 de abril, a oitava sessão conjunta da Câmara e do Senado que termina sem decisão sobre os vetos aplicados pela presidente da República, Dilma Rousseff, a leis aprovadas pelo Legislativo.

A oposição acusou o governo de se articular para esvaziar o quórum e obstruir os trabalhos.

— O governo obstrui e obstrui com medo, obstruiu pelo medo, porque é aqui, no Congresso Nacional, que temos que dar a última palavra para as nossas deliberações — afirmou o deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), líder da minoria no Congresso.

Ele chegou a dizer que, mesmo presentes à sessão, líderes governistas não haviam registrado presença no painel de votação, caso do líder no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE). Adiante, comentou que Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) usou a tribuna, mas se “esqueceu” de registrar a presença. Ela reagiu:

— Já sou adulta o suficiente e ciente das minhas responsabilidades. Não preciso que



Deputados e senadores em reunião do Congresso: pauta previa análise de vetos feitos por Dilma a projetos de lei

ninguém me chame a atenção aqui no Plenário.

A senadora comentou que alguns líderes da oposição também não haviam registrado presença. Portanto, segundo ela, era possível dizer que a própria oposição estaria “boicotando e obstruindo a sessão”.

Opositores criticaram o governo, sobretudo a gestão das contas públicas, como as “pedaladas fiscais”. Houve ainda discursos de deputados contra a reforma política aprovada pela Câmara.

Meia hora depois do início da sessão, o líder Pimentel se dirigiu a Waldir Maranhão (PP-MA), que é vice-presidente da Câmara e ontem conduziu a sessão do Congresso, para

registrar que já havia passado o tempo regulamentar sem a formação de quórum para que os trabalhos pudessem continuar.

Fusão de partidos

Os vetos pendentes de votação envolvem temas como o Orçamento de 2015, o novo Código de Processo Civil (CPC), as regras para fusão de partidos, o Marco Legal da Biodiversidade, a Lei Geral das Antenas, a Lei de Arbitragem e a regulamentação dos direitos dos empregados domésticos.

Um dos temas mais sensíveis para o governo, a flexibilização do fator previdenciário, no entanto, ainda não consta da pauta de votações. A mensagem de veto sobre esse tema

(19/2015) completa 30 dias no Congresso apenas amanhã.

Dois vetos entraram em pauta desde a última sessão, na semana passada. O primeiro foi um dispositivo da Medida Provisória 663/2014 que estabelecia, na concessão de financiamentos a taxas subsidiadas, o mínimo de 30% dos recursos direcionado a tomadores situados nas Regiões Norte e Nordeste (VET 15/2015).

O segundo rejeitou na íntegra projeto que obrigaria as escolas da educação básica a registrar, na matrícula, os nomes de todas as pessoas autorizadas a ingressar nos estabelecimentos para tratar de interesses do aluno (VET 16/2015).

Ficaram também sem exame três projetos de lei sobre temas

orçamentários que igualmente constavam da pauta do Congresso.

Um deles, o PLN 2/2015, garante R\$ 368,26 milhões ao Ministério da Previdência Social para quitação de benefícios aos cerca de 10 mil aposentados e pensionistas do Instituto Aerus de Seguridade Social, fundo de pensão dos ex-empregados das empresas Varig e Transbrasil.

O PLN 4/2015 altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 para permitir, de maneira expressa, que a execução obrigatória de emendas parlamentares possa abranger restos a pagar anteriores a 2014. Restos a pagar são o resultado de despesas empenhadas (isto é, reservadas no Orçamento), mas não pagas até 31 de dezembro.

O PRN 3/2015 amplia de 10 para 16 as relatorias setoriais que atuam no exame das propostas de lei orçamentária anual. Desse total de relatorias, seis caberão ao Senado, em vez das atuais quatro.

O deputado Waldir Maranhão também leu mensagens do Executivo tratando da edição de novas medidas provisórias. Entre elas, a MP 681, que dispõe sobre o desconto em folha de valores destinados ao pagamento de cartão de crédito.

Comissão de Orçamento define hoje dia de votação de relatório

Com o cancelamento da sessão conjunta do Congresso Nacional que ontem votaria 12 vetos presidenciais, fica comprometida a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016 antes do recesso legislativo do meio do ano (de 18 a 31 de julho). A LDO só pode ser votada depois dos vetos. O recesso, segundo a Constituição, só pode começar após a aprovação da lei.

A presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), disse que haverá uma reunião de líderes hoje, às 9h, para decidir quando será a votação do parecer final do relator, deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE).

Uma possível redefinição da meta de superávit primário é um dos elementos que estariam dificultando a tramitação da proposta. O senador Romero Jucá (PMDB-RR), que foi relator do Orçamento da União de 2015 (Lei 13.115/15), propôs duas emendas à LDO de 2016 para alterar as metas de superávit primário deste ano e do próximo. A primeira emenda reduz a meta de 2015 de R\$ 66,32 bilhões (1,2% do produto interno bruto — PIB) para R\$

22,1 bilhões (0,4% do PIB).

Em audiência pública no Senado na terça-feira, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, disse que o governo discute adotar uma banda para a meta de superávit primário. Essa banda funcionaria como a meta de inflação, variando a perspectiva de superávit para mais ou para menos.

Segundo nota técnica elaborada por consultores de Orçamento da Câmara dos Deputados, o governo terá dificuldades para conseguir alcançar a meta do superávit primário neste ano. Até maio, a União conseguiu um resultado primário de apenas 11%, ou R\$ 6,3 bilhões, da meta de superávit primário (R\$ 55,3 bilhões, equivalentes a 1% do PIB) para este ano.

Inicialmente, o deputado Teobaldo entregaria o relatório na segunda-feira, três dias depois do final do prazo para apresentação das 3.027 emendas. Ele chegou a pedir para entregar o texto na primeira semana de agosto, mas cedeu e disse que entregaria ontem. Até o fechamento desta edição, porém, a entrega não havia sido confirmada.

(Com Agência Câmara)



Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Rose de Freitas pretende definir data da votação em reunião de líderes

Boletim eletrônico mostra ações da comissão

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) criou um boletim eletrônico mensal para divulgar suas principais atividades. O *Informativo CMO* foi apresentado ontem pela presidente da comissão, senadora Rose de Freitas. Ele também será enviado por e-mail aos parlamentares da comissão, a órgãos públicos e a entidades. Uma versão impressa estará à disposição na secretaria da CMO e durante as reuniões da comissão.

Na primeira edição, que já está disponível no site do cole-

giado, o *Informativo CMO* traz um resumo dos trabalhos em maio e junho, com destaque para as audiências públicas com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

A aprovação do relatório preliminar da LDO é a manchete principal do informativo, que aborda também temas polêmicos e propostas em análise pela CMO, como a prestação de contas dos governos Collor, Lula e Dilma e os relatórios de cumprimento de metas fiscais.

— Vivemos na era do conhecimento e da comunicação instantânea. Cada vez mais a sociedade cobra transparência dos atos praticados pelos gestores públicos e na aplicação eficiente dos recursos da União. É fundamental para a opinião pública e toda a sociedade esta prestação de contas do trabalho legislativo realizado por deputados e senadores na mais importante comissão do Congresso — disse Rose.

Acesse a primeira edição, em pdf: <http://bit.ly/informativoCMO>

Congresso dá posse a Conselho de Comunicação

Conselheiros iniciaram ontem mandato de 2 anos. Grupo auxilia Câmara e Senado em temas como liberdade de expressão, concessão de radiodifusão e monopólio na mídia

OS NOVOS INTEGRANTES do Conselho de Comunicação Social do Congresso tomaram posse ontem. Na cerimônia, que contou com a participação dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, eles destacaram a importância da comissão para a manutenção da democracia.

— A comunicação é ponto nevrálgico do regime democrático e o Congresso precisa da opinião acurada de especialistas para que possamos dar respostas justas, certas e rápidas à sociedade — afirmou Renan.

O presidente do Senado disse ter compromisso com a defesa do modelo democrático e com a liberdade de expressão:

— Não daremos guarida a qualquer tentativa de controlar a livre circulação de ideias em nosso país. A liberdade de manifestação de pensamento, além de ser direito natural do homem, é premissa elementar às demais liberdades: política, econômica, de associação e de credo. Isso é democracia.

O comando do conselho está a cargo de Miguel Ângelo Cançado. Ele integra o grupo como representante da sociedade civil e foi indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O vice-presidente é Ronaldo Lemos, que também representa a sociedade civil.

O Conselho de Comunicação foi criado pela Constituição e é composto de 13 titulares e 13 suplentes, com mandato de dois anos, com a missão



O presidente do Senado, Renan Calheiros, discursa durante a posse do Conselho de Comunicação

de representar empresas, categorias profissionais e sociedade. Também participa um engenheiro com conhecimento na área de comunicação social.

O conselho elabora estudos, pareceres e atende solicitações que lhes forem encaminhadas pela Câmara ou pelo Senado sobre assuntos que digam respeito à comunicação social.

Entre esses assuntos, estão liberdade de manifestação do pensamento; publicidade, diversões e espetáculos públicos; produção e programação das emissoras; monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação; e outorga e renovação de concessão, permissão e autorização de serviços de radiodifusão.

O grupo se reunirá na primeira

segunda-feira de cada mês no Senado. A próxima reunião está marcada para 3 de agosto, às 14h.

Protesto

Durante a cerimônia de posse, houve protesto de integrantes do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Os manifestantes exibiram cartazes com afirmações de que o “conselho foi vítima de um golpe” e de que “a população não está corretamente representada”. Eles argumentam que, entre os nomes indicados para ocupar vagas destinadas à sociedade civil, estão dois ministros — Henrique Eduardo Alves (titular), do Turismo, e Aldo Rebelo (suplente), da Ciência e Tecnologia.

Aldo se defendeu, afirmando que não foi escolhido na condição de representante do governo, mas como jornalista sindicalizado e em dia com suas contribuições:

— Sou jornalista e pago o sindicato e a confederação há mais de 30 anos. Tenho legitimidade para participar. A legitimidade é conferida pela lei. Não houve nenhuma violação. Os membros do Congresso escolhem. Há uma eleição. Portanto, não há irregularidade.

Renan disse que o protesto é normal, mas ressaltou não haver impedimento para a participação dos ministros, escolhidos em indicação reservada à Câmara.

— Evidentemente, outras entidades gostariam de participar. Mas democracia é assim mesmo. Quando você não participa de um conselho se prepara para participar do próximo.

O FNDC e outras entidades civis e parlamentares entraram com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal pedindo a anulação da nomeação dos novos integrantes do conselho.

Eles argumentam que a sessão do Congresso na qual os novos membros foram eleitos não registrou quórum de 257 deputados e 41 senadores. Segundo a Lei 8.389/1991, que regulamenta o órgão, o conselho deve ser eleito em sessão conjunta das duas Casas. Também alegam que, contrariando o Regimento Comum do Congresso Nacional, a pauta não foi distribuída aos parlamentares com a antecedência de 24 horas.



Ângela pede critério para reforma política

Ângela Portela (PT-RR) considerou as propostas de reforma política em análise na Câmara um inegável esforço de renovação e disse esperar que sejam examinadas cuidadosamente no Senado.

Ela manifestou preocupação com o projeto que diminui de 45 para 30 dias o tempo da propaganda eleitoral e torna mais curtos os programas de rádio e TV. Para a senadora, a medida reduz a oportunidade de surgimento de lideranças políticas. Ela afirmou que a sociedade rejeita o financiamento empresarial de campanhas.

— Para atender um anseio da população, é preciso discutir com muita responsabilidade a questão do financiamento de campanhas.

Otto teme efeitos econômicos da Lava-Jato

Otto Alencar (PSD-BA) alertou para os reflexos econômicos da Operação Lava-Jato, que atinge empreiteiras com obras pelo país. Ele disse que, além de a paralisação das obras causar estagnação e desemprego, as empresas não conseguem pagar as dívidas com bancos, o que pode colapsar o sistema financeiro.

— O governo federal tem que olhar essa situação, que é grave. O problema da falta de liquidez das empresas vai agravar por demais a crise do desemprego, a inflação e as dificuldades enormes que o país atravessa.

O senador estima que 2 milhões de empregos estejam ameaçados com a interrupção de obras federais.



Para Humberto, visita do papa foi marco histórico

Para Humberto Costa (PT-PE), a recente viagem do papa Francisco ao Equador, à Bolívia e ao Paraguai foi um “marco histórico” na luta por liberdade na América.

— A forte crítica política externada pelo papa deve ser motivo de profunda reflexão sobre o tempo em que vivemos e sobre este sistema global funesto e falido.

Na avaliação do senador, a escolha da América do Sul como local para a transmissão dessa mensagem foi “simbólica”, dado o histórico de colonialismo e exploração a que o continente foi submetido. Ele comemorou o fato de o papa ter dito que a luta pela inclusão teve início com governos latino-americanos de esquerda.

Bezerra cobra ações contra desertificação

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) chamou a atenção para o avanço da desertificação no país, tema de recente audiência na Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Na ocasião, especialistas disseram que mais de 1 milhão de hectares do semiárido nordestino podem transformar-se em desertos.

O senador elogiou a aprovação do projeto que cria a Política Nacional de Combate à Desertificação e cobrou providências:

— É preciso investir em um sistema integrado de monitoramento, com alerta sobre estiagens, para adoção de ações preventivas. Também é necessária a capacitação de técnicos em extensão rural.



Gleisi critica concessões de rodovias no PR

Gleisi Hoffmann (PT-PR) questionou o governo do Paraná por tentar renovar a delegação de rodovias federais para o estado e, com isso, negociar a prorrogação dos contratos de pedágio.

Para ela, não seria problema se os contratos não gerassem preços elevados para os usuários, alta lucratividade para as empresas e baixos investimentos na melhoria das estradas. A senadora disse que, mesmo após decisão do TCU que determinou adequações dos contratos, nada foi feito pelo governo.

— Não vejo como vamos conseguir negociar, a bem dos usuários de nossas estradas, um contrato melhorado que vai ficar em vigência por mais 25 anos — alertou.

Wellington quer investimentos em transporte

Wellington Fagundes (PR-MT) quer mais agilidade nas concessões do governo para atrair investimentos em infraestrutura de transporte. Ele participou ontem de audiência com o ministro Edinho Araújo, da Secretaria dos Portos, em que foram discutidas medidas para acelerar os investimentos no setor.

— Há alternativas que o Brasil tem e deve buscar para destravar essa demora para que as licitações sejam feitas — disse o senador.

Presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transportes e Armazenagem, Wellington lembrou que, em Mato Grosso, grande produtor de grãos, são muitas as dificuldades para escoar a produção.





Em audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia, o senador Hélio José (C) disse que é dever de empresas e governo garantir a universalização da telefonia móvel e do serviço de banda larga

Operadoras ouvem queixas contra serviços

Falta de cobertura está entre as principais reclamações contra telefonia móvel. Para sindicato das empresas, as operadoras não são obrigadas a oferecer sinal em área rural

EMAUDIÊNCIA NA Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), José Medeiros (PPS-MT) narrou as dificuldades que enfrentou para cancelar serviço de internet móvel. Insatisfeito com a falta de cobertura em casa, o senador enfrentou verdadeira “maratona” nos canais de atendimento da operadora de telefonia para desistir do plano contratado. Mas a dor de cabeça não acabou com o cancelamento. Nos meses seguintes, o senador recebeu faturas mesmo sem usar o serviço.

As queixas apresentadas por Medeiros durante audiência pública sobre a qualidade dos serviços de telefonia móvel são as mesmas de muitos brasileiros. De acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e do Procon-DF, os quatro maiores motivos de reclamações em 2014 foram cobrança indevida, qualidade do serviço e da assistência técnica, problemas

para cancelar o serviço e atendimento na empresa.

— Eu tentei na empresa, tentei no jurídico da empresa, não consegui. Fui para a Anatel, mandei todos os protocolos. Não resolveu. Fui para o Procon, não consegui. Vai para a Justiça. Isso é extremamente extenuante para o consumidor — disse Medeiros.

Por meio do Portal e-Cidadania, consumidores também se queixaram da falta de cobertura em algumas regiões e dos preços elevados das tarifas e pacotes de telefonia e banda larga. As operadoras de telefonia são as campeãs das reclamações recebidas pelos órgãos de defesa do consumidor. No ano passado, os consumidores de telecomunicações registraram na Anatel cerca de 2,8 milhões de reclamações contra as prestadoras. Mais de 1,5 milhão de reclamações haviam sido registradas até maio deste ano.

O superintendente de Con-

trole de Obrigações da Anatel, Roberto Pinto Martins, defendeu a adoção de uma postura mais ativa por parte das empresas. Ele disse que as operadoras devem alertar o consumidor sobre os custos de cada serviço disponível para celulares e smartphones.

— Faz parte do bom relacionamento entre o prestador de serviço e aquele que recebe o serviço a informação completa para ele não gastar recursos desnecessários. Acho que isso não interessa à empresa e muitos menos ao usuário que ficará descontente.

Capitais e entorno

A Associação Brasileira de Defesa do Consumidor foi para a estrada, percorreu mais de 5 mil quilômetros em 12 estados brasileiros e constatou que a internet 3G só funcionava regularmente nas capitais e entorno, conforme relatou Maria Inês Dolci, coordenadora do Departamento de Relações

Institucionais do órgão.

Apesar de a sociedade demandar cobertura de celular em todos os lugares, a disponibilidade de sinal em áreas como zonas rurais e estradas não é obrigatória, conforme o presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, Eduardo Levy:

— Nenhum distrito do Brasil tem obrigação de ser coberto pela política pública brasileira de telefonia celular. Não há em nenhum edital a obrigação de cobertura em estrada — argumentou.

O presidente da entidade que representa as operadoras também entende que o número de reclamações é superdimensionado.

— No DF, temos duas reclamações para cada 10 mil clientes em um ano, o que não me parece um número absurdo. As análises de quantidade de reclamações do setor devem considerar a enorme quanti-

dade de clientes — disse.

Para Eduardo Amorim (PSC-SE), não há explicação para o brasileiro pagar tão caro por um serviço ruim:

— Eu, como usuário, me sinto muitas vezes usurpado — reclamou o senador.

Cristovam Buarque (PDT-DF) e Hélio José (PSD-DF), que propôs a audiência, disseram que é dever das operadoras, com o governo, garantir a universalização da telefonia e da banda larga.

O representante do Ministério das Comunicações, Artur Coimbra de Oliveira, afirmou que o governo, por meio do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga, investirá R\$ 17 bilhões em infraestrutura de telecomunicações até 2016. Do total de recursos previstos nos projetos inscritos no programa, a maior parte (R\$ 6,4 bilhões) será destinada à ampliação da rede de telefonia móvel.

Aprovados seis novos integrantes do Conselho Nacional de Justiça

O Plenário do Senado aprovou ontem seis indicações para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O nome de Luiz Cláudio Silva Allemand foi aprovado por 55 votos a favor e 2 contrários, além de 1 abstenção. Outra indicação aprovada pelos senadores foi a de Fernando Cesar Baptista de Mattos. O juiz federal vai compor o órgão depois de receber 56 votos a favor, 2 contra e 2 abstenções.

Também foi aprovado o nome da juíza Daldice Maria Santana de Almeida, indicada do Tribunal Superior do Trabalho (TST) para o conselho. Aécio Neves (PSDB-MG) elogiou a indicação e disse que a juíza prestará excelentes serviços.

Para Lídice da Mata (PSB-BA), a trajetória de vida e profissional da juíza merece destaque. Walter Pinheiro (PT-BA) exaltou a competência e a experiência da indicada, a quem definiu como uma “figura humana das mais expressivas”.

— É uma guerreira, que certamente engrandecerá o CNJ — disse Pinheiro sobre Daldice de Almeida, que teve 61 votos favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção.

O desembargador Gustavo Tadeu Alkmim também vai compor o conselho. Marcelo Crivella (PRB-RJ) afirmou que o indicado é um profissional de capacidade privilegiada e certamente e vai colaborar com o aprimoramento

da magistratura brasileira. Simone Tebet (PMDB-MS) também elogiou a indicação de Alkmim e disse que o indicado vai prestar “relevantes serviços” no CNJ. O nome do indicado foi aprovado com 58 votos favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção.

O CNJ também vai contar com o

juiz Carlos Eduardo Oliveira Dias. A indicação foi aprovada por 54 votos favoráveis ante 3 contrários e 1 abstenção.

A indicação do procurador de Justiça Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior também foi aprovada pelo Plenário. Ele recebeu 57 votos a favor e 2 contrários,

mais 1 abstenção. José Serra (PSDB-SP) destacou a experiência e a qualidade intelectual do indicado. Otto Alencar (PSD-BA) também elogiou a indicação de Arnaldo Hossepian.

— O indicado tem notória competência jurídica e reúne todas as qualidades para o cargo — disse o senador.

Senadores pedem solução para dívidas estaduais

Uma solução institucional para o pagamento dos precatórios (dívidas do governo com empresas e cidadãos transitadas em julgado) foi cobrada por senadores ontem durante a sabatina do juiz do Trabalho Carlos Eduardo Oliveira Dias e do procurador de Justiça Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior na CCJ, dois dos seis indicados para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que tiveram os nomes aprovados ontem na comissão e em Plenário.

— Vamos precisar do CNJ, senão vai ter uma quebra geral em estados e municípios — advertiu José Serra (PSDB-SP), que teme o estrangulamento das finanças públicas no país.

Segundo ele, a liquidação dos precatórios ia bem até o Supremo Tribunal Federal (STF) conceder liminar, em março, garantindo a correção dos valores pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo

Especial (IPCA-E) em 2014 e 2015. Até então, emenda constitucional priorizava precatórios de pequeno valor e permitia o leilão das grandes dívidas. As preocupações foram expostas por Aécio Neves (PSDB-MG).

Hossepian chamou a atenção para o desafio de conciliar as demandas da população com os interesses dos credores. Dias, por sua vez, afirmou que o conselho precisa abrir um di-

álogo com as instituições envolvidas.

Expansão do Judiciário, delação premiada e Lei da Mediação também foram temas de debate, do qual participaram José Pimentel (PT-CE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Marta Suplicy (sem partido-SP), Antonio Anastasia (PSDB-MG), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Eduardo Amorim (PSC-SE).



Entre Carlos Eduardo Dias e Arnaldo Hossepian, senador Elmano Férrer conduz sabatina na CCJ

Senadores tentam pôr fim a greve nas federais

Audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos pôs frente a frente representantes do Ministério da Educação e dos funcionários das universidades públicas

ONTEM, EM AUDIÊNCIA pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), representantes do Ministério da Educação (MEC) e de entidades dos trabalhadores do ensino deram continuidade às negociações visando ao fim da greve que atinge as universidades federais desde 28 de maio.

Ficou acertado, segundo o diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do MEC, Dilvo Ristoff, que uma comissão de sindicalistas será recebida para tratar da pauta dos trabalhadores. Eles cobram principalmente a reposição das perdas salariais dos últimos anos e a implantação do plano de carreira aprovado há dez anos pelo Congresso.

Fátima Bezerra (PT-RN) se ofereceu para colaborar no entendimento, garantindo que a pauta tem o apoio da bancada de seu partido. Paulo Paim (PT-RS) e Regina Sousa (PT-PI) também participarão das negociações, que contarão ainda com a presença do Ministério do Planejamento. Os trabalhadores ameaçam deflagrar uma greve geral no setor educacional caso as negociações não avancem.

Durante a audiência, diversos aspectos ligados à gestão da educação no país foram criticados. O presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), lamentou o corte de R\$ 9,4 bilhões na área em virtude do ajuste fiscal, assim como o processo de terceirização nos



O senador Paulo Paim (3º à esq.) conduz a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos sobre a greve que afeta as universidades federais

hospitais universitários.

Os mesmos problemas foram apontados pelos representantes da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior (Fasubra), Jorge Fernandes e Rogério Marzola. Eles criticaram a prioridade dada pelo governo à abertura de vagas no ensino superior privado e consideraram “absurdo” que o setor educacional — responsável por 3% do total dos investimentos orçamentários — sofra com o contingenciamento de recursos enquanto bilhões continuam a ser destinados para juros e amortização da dívida pública, que abarcam 47% do Orçamento da União.

Paulo Rizzo, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), cobrou um maior empenho do MEC na resolução da greve e afirmou que a atual crise que assola as universidades federais é a maior que já viu.

Investimentos

Dilvo Ristoff defendeu a orientação dada pelo governo na gestão da educação. Ele disse que o ministério trabalha para que o país, em cinco anos, passe a investir no setor 7% do produto interno bruto (PIB) e, em dez anos, 10% — cumprindo assim as metas estabelecidas pelo Plano Nacional da Educação (PNE).

Ele ressaltou que os investimentos nas universidades federais passaram de R\$ 7 bilhões em 2003 para R\$ 27 bilhões em 2012, o que, no entender dele, demonstra que o governo valoriza o ensino superior público. Defendeu também a abertura de vagas no ensino superior privado por meio do ProUni: — São 430 mil estudantes atendidos a cada ano, em relação a 100 mil nas federais. É preciso deixar claro que essa é uma política pública bem-sucedida.

O representante do MEC acrescentou que o governo continuará valorizando políticas voltadas para a inclusão de negros, pardos e estudantes de menor poder aquisitivo e oriundos de escolas públicas nas universidades.

Prorrogado prazo de medida provisória que eleva tributo sobre lucro de bancos

Foi publicado ontem, no *Diário Oficial da União*, o ato do presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros, que prorroga por 60 dias a vigência da Medida Provisória 675/2015, que aumenta de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) devida por instituições financeiras.

Editada em maio, a medida começou a ser analisada pelo Congresso em junho. No dia 7, os membros da comissão mista destinada a dar parecer à matéria

debateram o assunto em audiência pública com a participação de representantes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), do governo de Pernambuco e dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Na ocasião, o presidente da Febraban, Murilo Portugal Filho, advertiu que é difícil não transferir o aumento dos custos do setor bancário para as tarifas a partir da entrada em vigor da MP.

O presidente da comissão, deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), e a relatora, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), acreditam num entendimento para assegurar a votação da MP 675/2015. Para Gleisi, será possível trabalhar ainda em julho para que o relatório seja apresentado na primeira semana de agosto. Ela está preocupada com o grande número de emendas que não tratam do objetivo central da medida entre as 193 apresentadas pelos deputados e senadores.

A prorrogação do prazo de vigência das medidas provisórias é prevista na Resolução 1/2002, do Congresso. Se a votação não for encerrada nas duas Casas no prazo de 60 dias após sua publicação, a vigência da MP estará automaticamente prorrogada uma única vez, por igual período. Depois desse prazo, sem deliberação, a medida provisória pode perder a eficácia em 60 dias. Os prazos continuam sendo contados se não houver recesso parlamentar.



Senadores vão avaliar texto que retira participação obrigatória da Petrobras nos campos do pré-sal

Comissão sobre participação da Petrobras no pré-sal será instalada em agosto

A instalação da comissão especial para análise do PLS 131/2015, que revoga a participação obrigatória da Petrobras no modelo de partilha de produção de petróleo da camada pré-sal, prevista para ontem, foi adiada para 4 de agosto, às 11h.

A criação da comissão foi requerida por Walter Pinheiro (PT-BA), em 30 de junho, data em que houve sessão temática no Senado sobre o tema. A sessão se estendeu por sete horas, expondo divergências de opiniões entre senadores, especialistas e autoridades.

A formação do colegiado também foi sugerida por Tasso Jereissati (PSDB-CE) na semana passada, após intensa discussão em Plenário sobre requerimento que retirou o caráter de urgência da tramitação do projeto. A

comissão, com 27 integrantes, terá 45 dias para fazer o trabalho.

O projeto, de José Serra (PSDB-SP), retira a obrigatoriedade de a Petrobras atuar com participação mínima de 30% nas operações dos campos do pré-sal. Pela lei atual, a empresa também precisa ser responsável pela condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção.

Serra esclareceu que o projeto apenas elimina a obrigatoriedade de a Petrobras estar presente como operadora única e financiar 30% de cada poço do pré-sal. Ele destacou ainda que o relator do projeto, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), introduziu dispositivo segundo o qual a Petrobras terá preferência em cada licitação.



Presidente da Febraban, Murilo Portugal disse que bancos devem repassar reajuste para clientes



Na reunião, Arlindo Chinaglia (3º à dir.) anunciou depósito de US\$ 500 mil na conta do Parlasul e pediu que os países também comecem a pagar o que devem

Venezuelano será confirmado amanhã na presidência do Parlasul

Saúl Ortega já ocupava a presidência interina do Parlamento, que enfrenta problemas de orçamento por falta de aporte financeiro

SOB A PRESIDÊNCIA da Venezuela, o Parlamento do Mercosul (Parlasul) retoma as atividades amanhã, em Montevideu, no Uruguai. A decisão foi tomada ontem pela Mesa Diretora do Parlamento, em reunião em Brasília, antes da Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, também marcada para amanhã. Logo após a posse dos representantes indicados pelos países-membros, será ratificado acordo que garante a permanência do atual presidente interino, o venezuelano Saúl Ortega, à frente do Parlasul até o início de 2016.

É a primeira vez que não haverá coincidência de nacionalidade entre as presidências do Mercosul e do Parlasul. Até então, os países se alternavam no comando dos dois órgãos a cada seis meses. No caso do Mercosul, que a partir de amanhã será liderado pelo Paraguai, continua o rodízio a cada seis meses. No Parlasul, o mandato de presidente foi ampliado para um ano.

Na abertura do encontro, o presidente Saúl Ortega ressaltou a importância do estabelecimento do Banco

do Sul como instrumento de desenvolvimento regional. Ele lamentou, a exemplo de parlamentares argentinos, que os países do bloco tenham abandonado a prática de abrir fila única para cidadãos do Mercosul em seus aeroportos, igualando os viajantes do bloco aos provenientes de outros países.

A Comissão de Orçamento e Assuntos Internos aprovou proposta de orçamento para o Parlasul em 2016 no valor de

US\$ 2,4 milhões, dos quais US\$ 761 mil se referem a despesas com pessoal. Atualmente, 38 funcionários trabalham na sede do Parlamento.

Esse montante, porém, não deverá ser totalmente executado, uma vez que os países do Mercosul não têm feito os aportes previstos ao Parlamento, que registra passivo superior a US\$ 4 milhões. Durante a reunião, o vice-presidente brasileiro do Parlasul, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP),

anunciou que o governo brasileiro acaba de depositar US\$ 500 mil. Mesmo assim, ainda restam US\$ 2 milhões a pagar. Ele admitiu as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Parlasul.

— A única solução é cada país pagar o que lhe cabe — disse Chinaglia.

A reunião contou ainda com a presença do senador Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da Representação Brasileira no Parlasul.

Argentina vai eleger membros diretamente este ano

Depois do Paraguai, primeiro país a escolher diretamente seus representantes no Parlasul, a Argentina passa a também eleger seus parlamentares pelas urnas ainda em 2015. No final do ano, os eleitores argentinos escolherão 43 integrantes do órgão legislativo regional, que tomarão posse em 2016.

De acordo com o parlamentar argentino Salvador Cabral, que participou da reunião da Mesa Diretora, a futura bancada de seu país

será composta segundo um modelo misto. Cada província elegerá um representante no Parlasul. As demais vagas serão preenchidas em eleições para as quais cada movimento político apresentará uma lista única nacional.

O vice-presidente brasileiro no Parlasul, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), admite ter “sérias dúvidas” a respeito do modelo a ser adotado para as eleições diretas. Atualmente, o Brasil é representado por 37 parla-

mentares — 27 deputados e 10 senadores — indicados pela Câmara e pelo Senado. Após as eleições, a bancada deverá ser de 74 parlamentares. Ele recorda que o país ainda não tem uma “cultura política” de integração regional. De qualquer forma, como o prazo final da escolha direta é o de 2020, ele defende que esta seja feita nas próximas eleições gerais no Brasil.

— Talvez o caminho seja aproveitar as eleições de 2018 — opinou Chinaglia.

Comissão debate ações da política de reforma agrária

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) faz hoje audiência pública para apresentar e discutir os resultados de auditoria feita do Tribunal de Contas da União (TCU) nas ações da Política Nacional de Assistência Téc-

nica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) voltadas para os atendidos pelo Plano Brasil sem Miséria.

Este ano a comissão vai avaliar as políticas nacionais de reforma agrária e de defesa

agropecuária.

A audiência, a pedido de Donizeti Nogueira (PT-TO), também vai tratar do acompanhamento das determinações e recomendações do TCU. Participarão do debate representantes do Ministério do

Desenvolvimento Agrário, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do TCU e da Controladoria-Geral da União (CGU).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Vanessa apoia fundo que socorre estados por perdas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a aprovação da medida provisória que cria fundo para compensar eventuais perdas que alguns estados tiverem pela reforma do ICMS.

A senadora lembrou que a reforma do imposto não prosperou justamente por falta de uma política de compensação de perdas na receita que podem ser geradas pela unificação da alíquota do imposto em vendas entre os estados.

— As exceções a essa alíquota igual serão a Zona Franca de Manaus e algumas poucas, como o gás oriundo de Mato Grosso. Fora isso, os outros estados brasileiros, com diferença de regiões, terão as alíquotas unificadas.

Vanessa explicou que muitos estados, para atrair empresas, concediam incentivos ilegais que geraram a chamada guerra fiscal.

Cássio critica compensação por mudança no ICMS

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) criticou a MP 683/2015, que cria dois fundos para compensar os



estados pelas futuras mudanças no ICMS. Para ele, a medida não leva em consideração a perda da geração de empregos em muitos estados caso a reforma do ICMS acabe com a chamada guerra fiscal.

— Não há outro instrumento que tenha provocado, com maior eficácia, o desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do que os incentivos para a atração de investimentos industriais.

Sem essa possibilidade, disse o senador, as indústrias teriam que fechar as portas e se transferir para o Sudeste ou o Sul, levando com elas postos de trabalho.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Sílvio Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

A proposta, que colocou em lados opostos senadores do mesmo partido, assegura a preservação da identidade e da autonomia dos partidos que integrarão as federações

Aprovada união de partidos em federações

DOIS OU MAIS partidos poderão formar uma federação, que será registrada na Justiça Eleitoral e poderá atuar como se fosse uma agremiação única, sujeita a todas as normas que regem o funcionamento parlamentar e a fidelidade partidária, algo como uma fusão temporária de partidos. A novidade foi aprovada pelos senadores na noite de ontem. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 477/2015 segue agora para análise da Câmara.

Relator da proposta, Romero Jucá (PMDB-RR) explicou que, diferentemente das coligações, cuja constituição se encerra no momento da proclamação dos eleitos, as federações de partidos mantêm compromisso com o exercício do poder político compartilhado no Parlamento, por parte das legendas que as integram.

A proposta assegura a preservação da identidade e da autonomia dos partidos integrantes da federação.



Relator, Jucá (ao microfone) explicou que as federações manterão compromisso político mesmo depois das eleições

Só poderão integrar a federação partidos com registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que deverão permanecer filiados a ela por, no mínimo, quatro anos.

A federação deverá ser constituída até a data final do período de realização das convenções partidárias, ter abrangência nacional e ser

registrada no TSE.

O projeto aprovado estabelece ainda que perderá o mandato o detentor de cargo eletivo majoritário que se desfiliar, sem justa causa, do partido que integra a federação. Veda a formação de federações de partidos após o prazo de realização das convenções partidárias. O partido que sair

da federação durante esses quatro anos também ficará sujeito a penalidades.

Alguns senadores, como Omar Aziz (PSD-AM) e Aécio Neves (PSDB-MG), chegaram a pedir o adiamento da votação, por entenderem que o tema é muito complexo e merecia mais debate, mas não obtiveram sucesso.

A novidade colocou em lados opostos até senadores do mesmo partido. Ronaldo Caiado (DEM-GO), José Serra (PSDB-SP), Donizeti Nogueira (PT-TO) e outros defenderam a aprovação da proposta.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que a federação é uma figura que existe em vários países (é chamada de coalizão, geralmente) e pode coexistir com a figura das coligações partidárias.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) posicionou-se contrário à proposta. Em sua opinião, a esfera partidária municipal terá grandes dificuldades de seguir a federação nacional.

— Os partidos perderão força nos estados e municípios. Isso vai acabar com a política municipal — afirmou o senador.

O autor da proposta, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), esclareceu que o cálculo do quociente eleitoral será diferente para as coligações e para as federações.

Projeto muda critério para que prefeito seja afastado do cargo

Como parte de suas propostas para a reforma política, o Senado aprovou ontem o PLS 475/2015, que muda a regra para o afastamento de prefeitos. Ele altera a Lei de Improbidade Administrativa e extingue a regra que permitia que juízes de primeira instância determinassem sozinhos o afastamento de prefeitos. Pela proposta, essa decisão só poderá ser tomada por órgão colegiado judicial.

O projeto segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

De acordo com o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), o projeto corrige uma distorção na legislação que dá margem ao afastamento de

um prefeito por uma decisão monocrática (de um juiz). O senador acredita que a nova medida cria um filtro contra abusos e evita a proliferação de casos em que municípios acabam governados até por candidatos que alcançaram apenas o terceiro lugar nas eleições locais.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, citou uma estatística que deve ser combatida com a aprovação da proposta. De acordo com ele, 10% dos municípios do estado de São Paulo já tiveram prefeitos afastados desde 2013. Na maioria das vezes, foi a decisão de um juiz de primeira instância que motivou o afastamento.

Adiada votação de regras sobre campanha antecipada

Diante da falta de consenso, os senadores decidiram ontem adiar a votação do projeto que regulamenta a propaganda antecipada de candidatos (PLS 483/2015).

A Lei 9.504/1997 determina que a propaganda eleitoral só pode ser feita a partir de 5 de julho do ano do pleito. Quem fizer divulgação de candidatura antes disso pode pagar multa de até R\$ 25 mil.

O PLS 483/2015 estabelece que não é propaganda antecipada a divulgação do posicionamento de um candidato sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais. Também não podem ser punidas as reuniões de iniciativa da sociedade civil, de meio de comunicação ou do próprio partido para divulgar ideias partidárias.

O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), salientou a importância de enfrentar a “hipocrisia” em torno das pré-candidaturas e a “criminalização” da manifestação política. Ele mencionou que, sob as regras atuais, um candidato ainda não homologado tem dificuldade para se expressar nos meios de comunicação por temor de a situação ser enquadrada como campanha antecipada.

— Estamos reduzindo o prazo de campanha e os gastos de campanha, mas estamos liberando a discussão política clara, cristalina e transparente.

A redação do projeto, porém, gerou controvérsia ao proibir a transmissão ao vivo por rádio e TV das prévias partidárias. Os senadores também manifestaram dúvidas quanto à

forma final das normas para distribuição de material de campanha nas prévias partidárias. Atendendo a sugestão de Aécio Neves (PSDB-MG), Jucá chegou a concordar em retirar a proibição da transmissão ao vivo, mas Ronaldo Caiado (DEM-GO) defendeu a manutenção do artigo, temeroso de que “estruturas de governo” teriam mais condição de cobrir as prévias.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) sugeriu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que suspendesse a discussão por falta de consenso. A sugestão foi acompanhada por Humberto Costa (PT-PE), Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Telmário Mota (PDT-RR), contra o posicionamento de Benedito de Lira (PP-AL).

Senado recebe minirreforma eleitoral que passou na Câmara

O Senado recebeu ontem a minirreforma eleitoral (PLC 75/2015) aprovada pela Câmara dos Deputados nesta semana. O primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), informou que, por falta de tempo hábil, a proposta só começará a ser analisada pelos senadores em agosto, quando a Comissão Temporária da Reforma Política retomará os trabalhos.

O texto aprovado pela Câmara regulamenta vários aspectos da reforma política, como o financiamento de campanhas. O substitutivo do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) altera as leis de partidos (9.096/1995) e das eleições (9.504/1997) e o Código Eleitoral (4.737/1965), modificando

itens como tempo gratuito de rádio e TV, prazo de campanha, prestação de contas e quantidade de candidatos, entre outros.

O texto disciplina limites para doações de empresas privadas a partidos. Além do limite imposto pela lei atual de até 2% do faturamento bruto do ano anterior à eleição, as doações totais serão limitadas a R\$ 20 milhões. Aquelas feitas a um mesmo partido não poderão ultrapassar 0,5% do faturamento. Todos os limites precisam ser seguidos simultaneamente.

Doações superiores a esses limites sujeitarão a empresa a multa de cinco vezes a quantia em excesso e a proibição de participar de licitações públicas

por cinco anos.

As empresas contratadas para realizar obras, prestar serviços ou fornecer bens a órgãos públicos não poderão fazer doações para campanhas na circunscrição eleitoral de onde o órgão estiver localizado.

Assim, por exemplo, empresas que atuem em um determinado estado e tenham contrato com um órgão estadual não poderão doar para campanhas a cargos nesse estado (governador ou deputado estadual), mas poderão doar para campanhas a presidente da República.

O descumprimento gera a mesma penalidade de multa e proibição de contratar com o poder público.

O limite de doações de pessoas físicas a candidatos e a partidos continua em 10% dos rendimentos brutos no ano anterior à eleição. Fora desse montante, estão as doações estimáveis em dinheiro relativas à utilização de bens móveis ou imóveis de propriedade do doador, cujo teto de valor estimado do projeto aumenta de R\$ 50 mil para R\$ 80 mil.

O candidato poderá usar recursos próprios limitados à metade do teto para o cargo ao qual concorrerá, definido pelo partido. A minirreforma também trata do tempo de propaganda eleitoral na TV, voto em trânsito, fundo partidário e convenções partidárias, entre outros assuntos.

Pelo projeto aprovado ontem em Plenário, coligações não vão mais influenciar a distribuição de cadeiras de deputados e vereadores. Objetivo é eliminar “puxador de voto”

Coligação pode ter menos peso em eleições

O PLENÁRIO APROVOU ontem com 46 votos favoráveis e 9 contrários o projeto que altera as regras da distribuição de cadeiras entre os partidos nas eleições proporcionais — para vereadores e deputados estaduais, federais e distritais (PLS 430/2015). Essa é uma das propostas apresentadas pela Comissão da Reforma Política.

O texto determina que a distribuição de vagas deve ser

feita respeitando o quociente eleitoral na votação obtida pelo partido, mesmo quando há coligações. Assim, as legendas que não alcançarem o quociente não podem disputar as sobras de vagas.

As novas normas visam eliminar a figura do “puxador de voto”, quando candidatos muito bem votados acabam elegendo colegas de outros partidos coligados com baixo

desempenho nas urnas.

O relator da comissão, Romero Jucá (PMDB-RR), esclareceu que outro objetivo é fortalecer os partidos e inibir a proliferação de novas legendas.

— Estamos fazendo com que cada partido procure se fortalecer para ter, efetivamente, um processo eleitoral que contribua com o país — disse Jucá.

A mesma defesa fez o senador Aécio Neves (PSDB-MG).

Para ele, é importante desestimular as legendas de aluguel.

— E [o projeto] desestimula os partidos de um dono só, que pegam carona nas coligações para usurpar e sugar os votos de outros partidos para se eleger — observou Aécio.

O senador Telmário Mota (PDT-RR), por outro lado, foi contra a proposta. Argumentou que a ideia pode acabar com os pequenos partidos.

— Isso é um arranjo para facilitar para os maiores partidos. Eu vejo com isso mais um mecanismo de tirar proveito desse momento para beneficiar os grandes partidos — protestou.

Os senadores Reguffe (PDT-DF), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Donizeti Nogueira (PT-TO) também discutiram a proposta, que seguiu para exame da Câmara dos Deputados.



Senadores aprovaram ontem proposta da Comissão da Reforma Política que determina distribuição de vagas, em eleições proporcionais, com base no quociente eleitoral, sem impacto de coligações

Aprovado projeto que restringe acesso ao Fundo Partidário e a tempo de rádio e TV

O Plenário aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 441/2015, que limita a distribuição dos recursos do Fundo Partidário e o tempo para exibição de propaganda partidária no rádio e na televisão às agremiações que tenham diretórios permanentes em 10% dos municípios (557), distribuídos em pelo menos 14 estados até 2018, e em 20% dos municípios de 18 estados até 2022.

O texto, que segue para análise da Câmara dos Deputados, é da Comissão da Reforma Política.

De acordo com a iniciativa, somente terá acesso à propaganda partidária nacional a legenda que constituir diretório estadual permanente em mais da metade das unidades da Federação.

Em relação à propaganda partidária estadual, o acesso será garantido ao partido que organizar diretório permanente em mais de 30% dos municípios do estado até 2022.

No caso do Distrito Federal, o diretório metropolitano precisa ser de caráter permanente.

Hoje, a regulamentação do acesso aos recursos do Fundo Partidário e à propaganda dos partidos no rádio e na TV é feita por norma do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Isso porque, em 1996, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade dos artigos da Lei

dos Partidos Políticos (Lei 9.096/1995) sobre o assunto.

Para Walter Pinheiro (PT-BA), a proposta demonstra respeito ao eleitor e à instituição da democracia na instância partidária.

Os senadores Aécio Neves (PSDB-MG), José Agripino (DEM-RN), Romero Jucá (PMDB-RR) e o presidente do Senado, Renan Calheiros, também destacaram a relevância da medida para que os partidos não fiquem eternamente provisórios.

— É uma cláusula de desempenho para que os partidos não funcionem apenas cartorialmente no Brasil. Eles precisam funcionar permanentemente, democratizar as suas instâncias internas. Essa é uma grande medida — elogiou Renan.

O relator da proposta, Romero Jucá, observa que o fortalecimento da democracia no Brasil exige medidas fortes e incisivas para coibir a chamada farras dos partidos.

“Fundar um partido deve deixar de ser um bom negócio e precisa constituir aquilo que é mais nobre e digno em uma sociedade: uma forma de contribuir para o fortalecimento da democracia política, que somente se realiza com a intermediação do partido político, vez que a nossa Constituição confere a esses entes o monopólio da representação política”, registra um trecho do relatório.

Vai a Câmara texto que obriga magistrado a esperar 2 anos para disputar cargo público

Também foi aprovado ontem no Plenário prazo de dois anos de desincompatibilização para magistrados e membros do Ministério Público (MP) que queiram concorrer a cargos eletivos. Foram 47 votos favoráveis, 9 contrários e 1 abstenção.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 476/2015, que altera a Lei de Inelegibilidade (Lei Complementar 64/1990), foi apresentado pela Comissão da Reforma Política. Magistrados e membros do MP já são obrigados a pedir exoneração do cargo para concorrer a cargos eletivos. O texto, que vai para a Câmara dos Deputados, adiciona quarentena de dois anos após a exoneração.

Para ocupantes de mandato no Poder Judiciário ou de órgãos do Ministério Público, como presidentes de tribunais ou procuradores-gerais, o prazo só será contado a partir da data prevista para o término do mandato. Segundo o relator da comissão, senador Romero Jucá (PMDB-RR), a medida tenta coibir o “desvirtuamento” das atribuições legais dos membros do Judiciário e do MP, já que alguns buscam popularidade para posterior candidatura a cargos eletivos.

Para Jucá, o “perigo” está exatamente na atuação midiática e autopromocional dos agentes durante o exercício de função ou cargo público em carreiras típicas de Estado, visando ao credenciamento à cena político-eleitoral. O senador informou que o projeto é sugestão

do senador Fernando Collor (PTB-AL) e foi tratado até com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

— Serão dois anos para se filiar e depois mais um ano para se candidatar — explicou Jucá.

Prazo

A questão do prazo levantou discussão no Plenário. Os senadores Reguffe (PDT-DF), José Medeiros (PPS-MT) e Telmário Mota (PDT-RR) disseram considerar a regra atual suficiente, já que é válida para todos os cidadãos. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) questionou o prazo, que considerou muito longo.

— Estamos afastando da vida pública pessoas que têm condições de dar sua contribuição ao país — alertou Aloysio.

Collor apresentou uma emenda aumentando o prazo para quatro anos. No original, o projeto previa oito anos, mas foi modificado na tramitação dentro da comissão. Ele destacou que o presidente do TSE, ministro Dias Toffoli, é favorável ao prazo de oito anos. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) também considerou o prazo “exagerado e inadequado”. Ele apresentou uma emenda prevendo que o prazo seja apenas de um ano e estendido a todas as carreiras jurídicas. Apesar das argumentações de Collor e Randolfe, as emendas não foram acatadas pelo relator.